

# QUANDO A CERTIFICAÇÃO DEIXA DE RECONHECER COMPETÊNCIA NO DESPORTO

## AUTOR

Fernando Loio, PhD

Investigador Integrado no CIEQV – Centro de Investigação em Qualidade de Vida

Filiação: WUFC - World Ultimate Full Contact

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6760-1896>

Website: <https://fernandoloio.com>

Email: [fl.fernandoloio@gmail.com](mailto:fl.fernandoloio@gmail.com)

Publicado originalmente em 19 de maio de 2026.

## Nota editorial

O presente texto constitui uma reflexão crítica sobre o atual sistema de reconhecimento de competências no treino desportivo em Portugal, com particular incidência nas artes marciais e desportos de combate, analisando os mecanismos de reconhecimento profissional e as suas implicações institucionais, administrativas e humanas.

O artigo resulta de investigação, análise documental e reflexão académica desenvolvida no âmbito das políticas de formação e certificação no desporto. Pretende contribuir para um debate informado sobre a forma como os modelos de certificação, reconhecimento e formação de treinadores devem articular exigência administrativa, competência profissional efetiva e desenvolvimento humano através do desporto.

## Resumo executivo

O presente documento desenvolve uma reflexão crítica sobre o atual sistema de reconhecimento de competências no treino desportivo em Portugal, com especial incidência nas artes marciais e desportos de combate.

Partindo da análise dos mecanismos de certificação profissional, nomeadamente das vias de Reconhecimento de Competências Profissionais e Académicas (RCPA), identificam-se limitações estruturais associadas à excessiva burocratização dos processos de reconhecimento, à dependência de referenciais específicos e à crescente influência de entidades externas na operacionalização do acesso profissional.

O texto problematiza a dissociação entre certificação formal e competência efetiva, defendendo que a qualidade da intervenção no treino desportivo não pode ser reduzida exclusivamente ao cumprimento de requisitos administrativos, devendo integrar experiência prática, formação académica, capacidade pedagógica e percurso profissional consolidado.

São igualmente discutidas as incoerências verificadas durante o período transitório de implementação do sistema de certificação, bem como os potenciais riscos de desigualdade, exclusão profissional e concentração indireta de poder regulatório decorrentes da dependência de estruturas federativas para operacionalização dos mecanismos de reconhecimento.

O documento propõe a necessidade de repensar o modelo atual, promovendo critérios mais transparentes, coerentes e ajustados à realidade da prática desportiva, reforçando simultaneamente o papel do desporto enquanto instrumento de desenvolvimento humano.

## **Abstract**

This paper presents a critical reflection on the current system of competency recognition in sports coaching in Portugal, with particular focus on martial arts and combat sports.

By examining professional certification mechanisms, especially the Recognition of Professional and Academic Competencies (RCPA), the article identifies structural limitations associated with excessive bureaucratization, dependence on specific reference frameworks, and the growing influence of external entities in the operationalization of professional recognition.

The paper discusses the growing dissociation between formal certification and effective professional competence, arguing that coaching quality cannot be reduced solely to administrative requirements, but should integrate practical experience, academic education, pedagogical capacity, and consolidated professional trajectories.

The analysis also addresses inconsistencies observed during the transitional implementation period of the certification system, as well as potential risks of inequality, professional exclusion, and indirect concentration of regulatory power resulting from the dependence on federative structures.

Finally, the paper argues for the need to rethink the current model by promoting more transparent, coherent, and practice-oriented recognition criteria, while reinforcing sport's broader role as a domain of human development.

## **Palavras-chave**

Artes marciais; desportos de combate; reconhecimento de competências; certificação de treinadores; RCPA; políticas desportivas; desenvolvimento humano; formação de treinadores; profissionalização do desporto.

## **Keywords**

Martial arts; combat sports; competency recognition; coach certification; RCPA; sport policy; human development; coach education; professionalization of sport.

## **O problema da burocratização do desporto**

Nos últimos anos, o desporto em Portugal conheceu um processo significativo de regulamentação e profissionalização. A criação de sistemas de certificação de treinadores procurou garantir qualidade, segurança e credibilidade na intervenção técnica e pedagógica. Em teoria, tratou-se de um passo importante para a valorização do treino desportivo e para a proteção dos praticantes.

No entanto, importa hoje questionar até que ponto o modelo atualmente em vigor continua verdadeiramente alinhado com os princípios que justificaram a sua criação.

A profissionalização do desporto não pode transformar-se numa mera burocratização da prática profissional.

Mais do que uma atividade regulamentada, o desporto deve ser entendido como um meio privilegiado de desenvolvimento humano, com impacto educativo, psicológico, social e cultural. Neste contexto, o treinador assume uma função particularmente relevante, cuja competência não pode ser reduzida exclusivamente ao cumprimento de formalidades administrativas ou à posse de determinados percursos formais de certificação.

A competência de um treinador resulta de uma construção complexa e integrada, envolvendo experiência prática, conhecimento técnico, capacidade pedagógica, liderança, ética profissional e, em muitos casos, formação académica avançada. Reduzir esta realidade multifatorial a um conjunto rígido de requisitos administrativos significa ignorar a própria natureza do treino desportivo e da intervenção humana no contexto do desporto.

Estas questões assumem especial relevância no contexto das artes marciais e dos desportos de combate, modalidades historicamente marcadas por percursos formativos diversificados, forte valorização da experiência prática e múltiplas tradições técnico-pedagógicas nem sempre facilmente enquadráveis em modelos administrativos rígidos e uniformizados.

## **O bloqueio estrutural do reconhecimento de competências**

É precisamente neste ponto que começam a emergir algumas das principais fragilidades do modelo atual.

Na prática, o sistema de reconhecimento de competências profissionais apresenta limitações significativas, particularmente no âmbito das vias de reconhecimento e validação de competências anteriormente adquiridas (RCPA). Em vez de funcionar como mecanismo de valorização da experiência e do percurso profissional efetivo, o sistema tende frequentemente a privilegiar uma lógica predominantemente administrativa e documental.

Em determinadas modalidades, o reconhecimento de competências depende da existência de referenciais específicos cuja emissão e operacionalização estão associadas a estruturas federativas. O problema é que a inexistência desses referenciais pode impedir totalmente o acesso ao reconhecimento profissional, independentemente da competência efetiva do candidato.

Ou seja, deixa de estar verdadeiramente em causa a avaliação da competência e passa a estar em causa a existência – ou inexistência – de condições administrativas externas ao próprio profissional.

Esta realidade cria um bloqueio estrutural particularmente problemático: profissionais com décadas de experiência, percursos relevantes, intervenção pedagógica consolidada e formação académica na área do desporto (licenciatura, mestrado ou até doutoramento) podem encontrar obstáculos significativos ao reconhecimento profissional, não por ausência de competência, mas porque o próprio sistema não disponibiliza mecanismos efetivos de acesso.

Nas artes marciais e nos desportos de combate, esta problemática torna-se particularmente evidente, dada a existência de percursos históricos diferenciados, múltiplas organizações nacionais e internacionais, sistemas próprios de graduação técnica e modelos de formação que frequentemente antecedem os atuais sistemas formais de certificação.

Como tem sido sublinhado na literatura sobre validação de competências e desenvolvimento profissional, os modelos de reconhecimento devem procurar articular formação formal, aprendizagem experiencial e competência efetiva, evitando reduzir a avaliação profissional a critérios exclusivamente burocráticos.

## **A dependência federativa e os riscos de exclusão**

Particularmente sensível é a crescente dependência da Administração relativamente a entidades externas na definição e operacionalização dos mecanismos de reconhecimento profissional.

Quando o acesso ao reconhecimento de competências depende da existência de referenciais ou validações cuja emissão está condicionada por estruturas federativas, levantam-se inevitavelmente questões relacionadas com igualdade de acesso, coerência administrativa, transparência e proporcionalidade dos critérios aplicados.

Mais preocupante ainda é a possibilidade de se criarem formas indiretas de concentração de poder regulatório, em que o acesso à profissão deixa de depender predominantemente da competência efetiva e passa a estar condicionado pela disponibilidade, orientação ou operacionalização administrativa de entidades terceiras.

Um sistema concebido para promover profissionalização e igualdade de oportunidades não deve permitir a formação de mecanismos suscetíveis de gerar privilégios institucionais, barreiras estruturais ao reconhecimento legítimo de competências ou formas indiretas de exclusão profissional.

A dependência excessiva da Administração relativamente a terceiros para efetivar o acesso ao reconhecimento profissional merece, por isso, uma reflexão aprofundada à luz de princípios fundamentais como igualdade, imparcialidade, coerência administrativa, proporcionalidade e direito de acesso à profissão.

Mais do que uma questão meramente procedimental, trata-se de refletir sobre até que ponto um sistema de certificação pode permanecer alinhado com princípios fundamentais do Estado de Direito quando a efetivação do acesso profissional depende de fatores externos ao próprio mérito e competência do profissional.

## **As incoerências do regime transitório**

As fragilidades atualmente observadas tornam-se ainda mais relevantes quando analisadas à luz do regime transitório de implementação do sistema de certificação.

Nesse contexto, verificaram-se situações aparentemente contraditórias, em que foram atribuídos graus elevados de certificação a indivíduos com percursos profissionais pouco consolidados, enquanto outros profissionais com experiência relevante, intervenção competitiva consistente ou formação académica avançada enfrentaram obstáculos significativos ao reconhecimento das suas competências.

Independentemente da análise individual de cada situação, estes episódios evidenciam a existência de critérios percecionados como pouco uniformes e suscitam dúvidas quanto à coerência global do modelo de reconhecimento implementado nesse período.

A existência de decisões administrativas tão diferenciadas em contextos aparentemente comparáveis contribuiu para fragilizar a perceção de justiça material, igualdade de tratamento e confiança institucional no sistema de certificação.

Num modelo orientado para a valorização da competência efetiva, torna-se essencial garantir que os mecanismos de reconhecimento sejam transparentes, coerentes e suficientemente robustos para evitar assimetrias percecionadas como arbitrárias ou desproporcionais.

## **Competência formal vs competência real**

Importa sublinhar que o problema não reside na existência de certificação, que é legítima e essencial para garantir qualidade e segurança.

O problema está na forma como essa certificação é operacionalizada.

Quando o sistema privilegia predominantemente a conformidade com requisitos formais em detrimento da avaliação efetiva da competência, corre o risco de se afastar do seu objetivo principal: garantir qualidade na intervenção profissional e promover o desenvolvimento humano através da prática desportiva.

A experiência profissional relevante, particularmente quando articulada com formação acadêmica e intervenção prática consolidada, deve constituir um elemento central na avaliação das competências dos treinadores.

Ignorar esta realidade significa não apenas desvalorizar percursos profissionais legítimos, mas também empobrecer o próprio sistema desportivo e reduzir o desporto a uma lógica burocrática e autorreferencial.

O treinador não é apenas um executor técnico de programas de treino. É um agente educativo, humano e social, cuja intervenção influencia diretamente o desenvolvimento integral dos praticantes.

## **A especificidade das artes marciais e dos desportos de combate**

As artes marciais e os desportos de combate possuem características particulares que tornam ainda mais relevante uma abordagem integrada ao reconhecimento de competências.

Estas modalidades conjugam dimensões técnicas, táticas, pedagógicas, psicológicas, culturais e éticas. Em muitas delas, a transmissão de conhecimento ocorreu historicamente por vias não exclusivamente formais, envolvendo linhagens técnicas, prática prolongada, experiência competitiva, ensino direto, formação federativa, certificações internacionais e percursos académicos posteriores.

Por essa razão, um modelo de certificação excessivamente rígido, centrado apenas em referenciais formais ou validações administrativas, pode não captar adequadamente a realidade da competência profissional nestas modalidades.

A avaliação das competências de treinadores de artes marciais e desportos de combate deve, por isso, considerar de forma integrada a experiência efetiva no treino, a formação pedagógica, o conhecimento científico, a intervenção competitiva e o percurso profissional consolidado.

## **Repensar o modelo**

O desporto não pode ser reduzido a um circuito fechado de validações administrativas, dependências institucionais e formalidades burocráticas.

Deve permanecer um espaço de desenvolvimento humano, de mérito, de competência e de valorização da experiência efetiva.

Mais do que uma discussão administrativa, esta é uma questão estrutural sobre o modelo de desporto que se pretende construir.

Se o objetivo é realmente promover qualidade, credibilidade e profissionalização, então torna-se indispensável repensar os mecanismos de reconhecimento de competências, assegurando critérios mais coerentes, transparentes, inclusivos e ajustados à realidade da prática profissional.

Entre as medidas a ponderar, destacam-se a definição de critérios nacionais mais uniformes, a criação de mecanismos independentes de avaliação, a redução da dependência exclusiva de referenciais federativos, a valorização integrada da experiência profissional e da formação académica, e a revisão dos procedimentos aplicáveis ao reconhecimento de competências em modalidades com percursos históricos e formativos diferenciados.

O futuro do desporto não se constrói apenas através de regulamentos. Constrói-se, sobretudo, através do reconhecimento justo daqueles que efetivamente contribuem para o desenvolvimento humano e desportivo no terreno.

## **Nota biográfica**

Fernando Loio é doutorado em Ciências do Desporto, investigador integrado no CIEQV – Centro de Investigação em Qualidade de Vida e autor de investigação na área do treino desportivo, artes marciais e desportos de combate. Possui mais de 50 anos de experiência nas artes marciais e desportos de combate, como atleta, treinador, promotor de eventos e dirigente. Tem ligação a diversas organizações nacionais e internacionais de Boxe, Taekwondo, Ultimate Full Contact, Pankration, MMA, Free Fight, Kickboxing, Muay Thai e Grappling..

## **Referências**

Cedefop (2015). European Guidelines for Validating Non-formal and Informal Learning.

Constituição da República Portuguesa.

Código do Procedimento Administrativo.

Ericsson, K. A., Krampe, R. T., & Tesch-Römer, C. (1993). The Role of Deliberate Practice in the Acquisition of Expert Performance. *Psychological Review*.

Green, M., & Houlihan, B. (2005). *Elite Sport Development: Policy Learning and Political Priorities*. Routledge.

Loio, F. (2015). *Perceção sobre as competências dos treinadores de desportos de combate*. Dissertação de Mestrado, Instituto Politécnico da Guarda.

## **Copyright and License**

© Fernando Loio, 2026.

This work is licensed under the Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License (CC BY-NC 4.0).

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>